

USP Ribeirão Preto – CEADIN – Centro de Estudos Avançados de Direito e inovação

CURSOS DE EXTENSÃO NO FORMATO DE SEMINÁRIOS (formato híbrido)

Carga horária: 10hs aula (2ª e 4ª feiras – 18:00 - 20:00) – início: 20.05.24 – fim: 03.06.24

Público alvo: gestores e profissionais que trabalham ou pesquisam a área de inovação dentro da USP

Introdução à gestão da inovação: inovação e Direito - desafios, oportunidades e perspectivas

Coordenação: Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Cristina Godoy Bernardo de Oliveira

Organização e professora tutora: Paola Cantarini

Gratuito.

Público alvo: Aberto ao público em geral e a estudantes e egressos da graduação, pós graduação stricto e lato senso, da Universidade de São Paulo.

inscrições: email: dfbdrp@usp.br com cópia para ceadinusp@gmail.com

Coordenação: Prof. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Profa. Cristina Godoy Bernardo de Oliveira

Organização e professora monitora: Dra. Paola Cantarini

Natureza: difusão

Forma: híbrido

Local: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP

Justificativa: Divulgar conhecimentos na área do direito, contabilidade, administração e inovação, com uma abordagem interdisciplinar, crítica, envolvendo as principais leis relacionadas à inovação, entre outros tópicos de suma relevância e atualidade. O curso conta com corpo docente de grande expertise e experiência docente e acadêmica, e contará com aula magna com 2 grandes nomes da área.

Objetivo: Expor e discutir entre os alunos os principais pontos acerca da temática principal, qual seja, Direito e inovação, bem como trazer o referencial teórico e conhecimentos essenciais para as demais disciplinas objeto do curso, quais seja, Administração e contabilidade, conjugando-se referencial teórico de alta qualidade com atividades práticas que visem a solidificar o entendimento e trazer uma participação ativa dos alunos.

Conteúdo programático

Aula 1 – 20.05.24 (2ª. feira): economia compartilhada/circular/de dados (blue-green economy) e inovação: desafios, oportunidades; avanços legais no Brasil e no mundo relacionados à inovação; quarta revolução tecnológica, indústria 4.0 e a sexta onda de inovação tecnológica; metaverso e os modelos de negócios; o futuro do trabalho - Professor: Marcelo Graglia

Atividades práticas: Professores Paola Cantarini/Bruno Martins Rizardi

Aula 2 – 22.05.24 (4ª. feira): introdução à inovação: conceito e tipos de inovação – definição da inovação pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); análise do conceito de inovação; inovação como estratégia de crescimento, de desenvolvimento e competitividade; pode a inovação ser conceituada e limitada à perspectiva de sua relação com a alta tecnologia? Conceito de inovação para além de tecnologia ou do universo das invenções; conceito de inovação para a Lei do Bem; tipos de Inovação: inovação de produto, inovação de processo, inovação de marketing e inovação organizacional; contabilidade, administração e inovação - Professora: Patricia Huelsen

Atividades práticas: Professor Bruno Martins Rizardi

Aula 3 – 27.05.24 (2ª. feira): inovação e direito: introdução à legislação afeta à inovação no Brasil; novas tendências em inovação; aspectos jurídicos do “big data” e “proteção de dados” (inteligência na gestão de dados e tendências futuras da inteligência artificial); governança algorítmica e “compliance”; inovação e inteligência artificial: há que se falar em um “tradeoff” entre regulação e inovação? - Professora: Paola Cantarini

Atividades práticas: Professores Paola Cantarini

Aula 4 – 29.05.24 (4ª. feira): empreendedorismo tecnológico e inovação: liderança, estratégias de negócios e indicadores de desempenho; planejamento e gestão tecnológica; cultura, organização, liderança e gestão - mindset de empreendedorismo e inovação nas empresas; administração estratégica, educação empreendedora, startups e empreendedorismo; novos modelos de negócios (business modelling) na nova economia circular; como se tornar competitivo na economia digital - modelos de negócios transformadores e digitais; e-commerce e marketing digital; mercado de Legaltechs e Fintechs e mercado digital; moedas digitais e o mercado de tokens NFT - Professor: Fernando Grisi

Atividades práticas: Professores Paola Cantarini

Aula 5 – 03.06.24 (2ª. feira): blockchain e smart contracts; internet das coisas; transformação de negócios, globalização, digitalização e novas tecnologias; novas tecnologias e Direito - Professor: Thiago Felipe Avanci

Atividades práticas: Professores Paola Cantarini

Ementa

Direito, ciência, tecnologia e inovação podem ser vistos e pensados como sistemas sociais interligados e dependentes, ou seja, fazendo parte do ecossistema de inovação, o que é corroborado pelo fato de ter o Direito reconhecido a importância da temática da inovação, em especial com a Emenda Constitucional 85/2015, que altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, falando-se em “Constituição Tecnocientífica”, com destaque para o dever do Estado de promover e direcionar o

desenvolvimento de um verdadeiro “direito fundamental específico”, “o direito à ciência, tecnologia e inovação, material e historicamente determinado” (Lucas de Faria Rodrigues, “A Concretização da Constituição Tecnocientífica: o regime jurídico fundamental da ciência, tecnologia e inovação”, Editora Fundação Fenix, 2021).

Contudo, apesar de conquistas recentes no sentido de elaboração de leis com o escopo de beneficiar/incentivar a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), o Brasil permanece sendo o 13º colocado em termos de produção científica (2,7% do total mundial), ocupando a 70ª posição no ranking internacional de inovação (<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8125/1/Pol%C3%ADticas%20de%20apoio%20à%20inovação%20tecnológica%20no%20Brasil.pdf>).

A doutrina especializada aponta para diversos problemas afetos à realidade do Brasil como país periférico no tocante à inovação, tais como, dificuldade de articulação do conhecimento científico teórico com a prática concreta por meio de parcerias, produção científica nacional em inovações tecnológicas (o Brasil ainda representa 1,8% da produção científica mundial em inovações tecnológicas), além de outros entraves à inovação do país relacionando-se com a educação de baixa qualidade, o baixo desempenho em patentes devido a barreiras legais, institucionais, financeiras e culturais, entre outros desafios que igualmente fazem parte da indústria do software livre ou das startups, tais como a falta de um ecossistema adequado para dar suporte ao desenvolvimento de projetos e empresas. Portanto, o país ainda se enquadra no sistema nacional de inovação periférico, caracterizado por sistemas de inovação ainda imaturos e por inovações de natureza mais incremental do que radical, com atraso temporal e menor amplitude, devido à enorme concentração de renda, e alcance de tais serviços e bens apenas para pequena parcela da população.

Segundo as palavras de Alessandro Teixeira e Mario Sérgio Salerno, a iniciativa nacional de inovação passa por sérios problemas, uma vez que as empresas brasileiras competem com os fabricantes de produtos padronizados, que buscam liderança em custos, e também competem com as empresas que lançam produtos inovadores, abrem nichos e criam necessidades (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-de-inovacao-tecnologica-no-cenario-brasileiro/187974408>).

Por outro lado, aponta Ronaldo Lemos para a ausência da cultura de inovação no país, “verbis”: “para inovar, um país precisa ter regras civis claras, que permitam segurança e previsibilidade nas iniciativas feitas na rede (como investimentos, empresas, arquivos, bancos de dados, serviços etc.)”. (...) “Um dos principais obstáculos é superar essa cultura anti-inovação que infelizmente é majoritária”, apontando ainda que “não há um projeto sequer para apoiar os inúmeros garotos e garotas espalhados por todo o Brasil criando empresas inovadoras e startups” (<https://napratica.org.br/ha-uma-cultura-de-inovacao-entre-nos-que-fica-reprimida/>).

O presente curso visa justamente reduzir tal “gap”, contribuindo para a ampliação de conhecimentos acerca de tais temáticas, de forma a contribuir para colocar o Brasil dentro do debate mundial e regional acerca da produção científica e conscientização, os quais estão associados às possibilidades de crescimento econômico, competitividade internacional e sustentável, voltando-se a uma perspectiva de médio e de longo prazo.

A temática da inovação demanda investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e o que por sua vez, relaciona-se com competitividade, crescimento, melhora de salários e redução de custos, e com políticas públicas voltadas à dinamização econômica, tal como aponta Álvaro Amarante, diretor da Agência PUC de Inovação, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná (“Lei da Inovação continua tendo impacto restrito no Brasil” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-da-inovacao-e-seus-reflexos-no-cenario-juridico-atual-brasileiro/244053189>), e o curso visa promover o conhecimento científico, mas que permita uma abordagem democrática por ofertar uma linguagem acessível a todos.

Outrossim, visa aproximar diversos campos de saber, em uma análise interdisciplinar e também transdisciplinar, aproximando-se diversos campos do conhecimento, a fim de potencializar o processo de criatividade e da própria inovação, também contribuindo para a aproximação de diversos tipos de atores que atuam ou pretendam atuar no âmbito de tais disciplinas e temáticas, aproximando empresas, universidades, centros de pesquisa e a população em geral, de forma a contribuir para todo o Ecossistema de inovação, em termos gerais, e para a

capacitação profissional necessária para se poder falar em transformação digital. É o que apontam as pesquisas realizadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mencionando que entre as características estruturais da economia brasileira, estaria a baixa relação entre empresas e universidades e centros de pesquisa, demandando uma transformação cultural e uma transformação digital e de abordagens e “mindsets”, contribuindo a longo e médio prazo para o Brasil se incluir em um país desenvolvedor e exportador de inovação e tecnologia ao invés de na maior parte das vezes mero consumidor destas (ver notícia: “Incentivos fiscais são insuficientes”, <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2014/09/22/incentivos-fiscais-sao-insuficientes.ghtml>).

O curso, destarte, possui uma perspectiva interdisciplinar, zetética e crítica, onde as perguntas corretas são mais importantes do que respostas prontas e acabadas, questionando-se: quais são as oportunidades e desafios presentes na área da inovação e maiores dificuldades trazidas diante de uma imensa gama de legislações em tais áreas? No que o direito comparado poderia nos ajudar? Como transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções que aumentem a qualidade e o bem-estar da população? É possível se falar em regular aspectos da inovação ou regular tecnologias disruptivas como a inteligência artificial sem necessariamente afastar o Brasil da competitividade internacional e obstar a inovação, mas ao contrário aproximando-se o Brasil do ecossistema global de inovação? Há um necessário “tradeoff” entre regulação e inovação? (<https://www.jota.info/casa-jota/brasil-enfrenta-desafios-para-conciliar-inovacao-e-regulacao-em-mobilidade-09022022>; “O papel do Judiciário nas definições regulatórias e no estímulo à inovação”, https://www.youtube.com/watch?v=gMNN_vGt1Mw&t=8s).

O curso visa, outrossim, trazer fundamentos essenciais a não profissionais do direito, acerca de novas ferramentas jurídicas digitais na economia digital, bem como acerca dos novos modelos de negócios reais e virtuais, voltados à inovação e novas tecnologias, abrangendo as temáticas do metaverso, novas formas de monetizações (moedas digitais), fintechs, blockchains, smart contracts, inteligência artificial e governança, conceitos de “corporate entrepreneurship” (empreendedorismo cooperativo), tipos de inovação, empreendedorismo, economia verde, entre outros tópicos a serem estudados; por meio da conjugação de material teórico e prático visa-se equipar os profissionais/estudantes para a utilização das

ferramentas jurídicas digitais e para a necessária transformação digital, bem como desenvolver um pensamento crítico e implementar estratégias de inovação e empreendedorismo, de modo a contribuir para a construção de negócios de sucesso e inovação no mundo digital atual e ampliarmos o ecossistema de inovação no país.

Visa-se, destarte, a enfrentar os desafios éticos e jurídicos impostos pela inovação digital diante das novas tecnologias, em especial quando se fala em “big data”, “deep learning” e “machine learning”, de modo a identificar os benefícios e as oportunidades, potencializar as oportunidades positivas da inovação digital, e por outro lado evitar ou mitigar seus riscos e deficiências, apontando para seus principais desafios.

Corpo docente

Lucia Santaella - CV: <http://lattes.cnpq.br/8886485096957731>

BIO

Pesquisadora 1 A do CNPq, graduada em Letras Português e Inglês. Professora titular no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e no programa de Pós-graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, ambos da PUCSP. Tem doutoramento em Teoria Literária na PUCSP em 1973 e Livre-Docência em Ciências da Comunicação na ECA/USP em 1993. É Coordenadora da Pós-graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Diretora do CIMID, Centro de Investigação em Mídias Digitais e Coordenadora do Centro de Estudos Peirceanos, na PUCSP. É presidente honorária da Federação Latino-Americana de Semiótica e Membro Executivo da Asociación Mundial de Semiótica Massmediática y Comunicación Global, México, desde 2004. É correspondente brasileira da Academia Argentina de Belas Artes, eleita em 2002. Foi eleita presidente para 2007 da Charles S. Peirce Society, USA. É também um dos membros do Advisory Board do Peirce Edition Project em Indianapolis, USA e um dos membros do Bureau de Coordenadores Regionais do International Communicology Institute. Foi ainda membro associado do Interdisziplinäre Arbeitsgruppe für Kulturforschung (Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Cultura), Universidade de Kassel, 1999-2009. Recebeu o prêmio Jabuti em 2002, 2009, 2011 e 2014, o Prêmio Sergio Motta, Liber, em Arte e Tecnologia, em 2005 e o prêmio Luiz Beltrão-maturidade acadêmica, em 2010. Foi professora convidada pelo DAAD na Universidade Livre de Berlin, em 1987, na Universidade de Valencia, em 2004, na Universidade de Kassel, em 2009, na Universidade de Évora em 2010, na Universidad Nacional de las Artes, Buenos Aires, 2014, na Universidade

Michoacana de San Hidalgo, México, 2015 e na Universidade de Caldas, Colômbia, a partir de 2018. Foi pesquisadora associada no Research Center for Language and Semiotic Studies em Bloomington, Universidade de Indiana, em repetidos estágios de pesquisa, especialmente em 1988, pela Fulbright, Nessa mesma universidade, fez pós-doutorado em 1993, pelo CNPq. Desde 1996, tem feito estágios de pós-doutorado em Kassel, Berlin e Dagstuhl, Alemanha, sob os auspícios do DAAD/Fapesp. 278 mestres, doutores e pós-doutores defenderam seus títulos sob sua orientação, de 1978 até o presente e supervisionou 15 pós-doutorados. Tem 55 livros publicados, dentre os quais 6 são em co-autoria e dois de estudos críticos. Organizou também a edição de 32 livros. Além dos livros, Lucia Santaella tem perto de 500 artigos publicados em periódicos científicos no Brasil e no Exterior. Suas áreas mais recentes de pesquisa são: Comunicação, Semiótica Cognitiva e Computacional, Inteligência Artificial, Estéticas Tecnológicas e Filosofia e Metodologia da Ciência.

Paola Cantarini - CV: <http://lattes.cnpq.br/5057397566570034>

BIO

Advogada, professora universitária, artista plástica. Professora Universitária. Foi pesquisadora do IEA/USP, Instituto de Estudos avançados (Cátedra Oscar Sala), do Lawgorithm, Legal Grounds Inst.; é pesquisadora C4Ai-USP, do UAI-IEA/USP. Mestre e doutora em Direito pela PUC-SP. Doutora em Filosofia do Direito - Unisalento/It., e em Filosofia (PUCSP). Foi visiting researcher - Scuola Normale Superiore de Pisa-Itália, professor tutor Roberto Esposito (2016-2018-2019-2010), Law Department European University Institute -(inteligência artificial), Florida International University (inteligência artificial). Pós doutorado pela EGS - European Graduate School, Suíça, em Filosofia, artes e pensamento crítico, Pós-Doutorado pelo CES- Universidade de Coimbra (tutor Boaventura de Sousa Santos). Pós-doutorado pela USP - Dep. Filosofia e TGD. Pós-doutorado PUCSP-TIDD (2019-2020). Pós-doutorado pela Univ. Reggio Calabria (inteligência artificial) e UNICAMP. Experiência docente em graduação, extensão universitária e pós graduação, lato e strito sensu: PUCSP (COGEAE-2019-2023; assistente – graduação, mestrado e doutorado), OPICEBLUM ACADEMY, FMU. UNIP. FADISP. PUCSP. EDP. UNG, Faculdade Baiana de Direito, Universidade Portucalense (Porto-Portugal), Universidade de Coimbra-CES, Instituto Silvio Meira - disciplinas: direito empresarial, mercado de capitais, filosofia, filosofia do Direito, lógica, direito do trabalho, direito econômico, direito civil, direito do consumidor, introdução ao estudo do direito, teoria geral do Estado, hermenêutica jurídica, direito e globalização, direito digital, direito constitucional, constitucionalismo digital, direitos humanos e fundamentais, arbitragem e mediação, proteção de dados, sociedade da informação, direito e inteligência artificial.

Experiência em ensino à distância (UNIFMU- Pós-graduação), Grupo Invista. Membro do grupo de pesquisas GEDAIS (PUCSP), ex membro do grupo de pesquisas Michel Foucault da Pós-Graduação em Filosofia da PUCSP, pesquisadora do Grupo de Pesquisa DFAST (PUC Santos), Grupo de Pesquisa transformação digital (PUCSP-TIDD) . Presidente do Instituto Ethikai – “ethics as a service” (ethikai.org) e vice-diretora executiva da Revista Ethikai (<https://revistaethikai.wordpress.com/expediente/>). Sólida experiência na área jurídica com ênfase em pareceres e consultas jurídicas. Autora de mais de 20 livros e mais de 200 artigos jurídicos. Revisora de diversas revistas e periódicos. Revisora CONPEDI -Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito <https://www.conpedi.org.br/>. Membro do grupo Rede Novo Constitucionalismo Democrático latino Americano (<https://constitucionalismodemocratico.direito.ufg.br/p/16411-membros>).

Marcelo Augusto Vieira Graglia - CV: <http://lattes.cnpq.br/1173241230581569>
BIO

Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP. Engenheiro mecânico e mestre em engenharia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Pós-doutorado em Inteligência Artificial e Impactos Sociais pela PUC-SP. Professor do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital - TIDD da PUC-SP. Pesquisa as novas tecnologias e seus impactos sociais, incluindo inteligência artificial, Indústria 4.0, Internet das coisas e cidades inteligentes. Coordena o grupo de pesquisa Transformação Digital e Sociedade. Fundador e coordenador do Observatório do Futuro do Trabalho. Diretor do Centro de Estudos de Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Resilientes. Participa como membro da Cátedra Ignacy Sachs e é pesquisador do Núcleo de Estudos do Futuro e do Núcleo de Estudos Trabalho, Trabalhadores e Trabalhadoras. Coordenador do PEPG Tecnologias da Inteligência e Design Digital.

Patricia Huelsen - CV: <http://lattes.cnpq.br/4365998851068695>
BIO

Doutora em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pelo TIDD - PUCSP. Mestre em Administração pela PUC-SP. Graduada em Engenharia de Alimentos pela UNICAMP. Professora do Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora convidada do curso de Gestão Cultural e do curso de extensão em Inteligência Artificial e Impactos Sociais da PUC-SP. Professora convidada do curso de Inteligência Artificial e Direito da Faculdade Baiana de Direito. É pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho,

Trabalhadores e Trabalhadoras, do Núcleo de Estudos do Futuro e do grupo de pesquisa Transformação Digital e Sociedade. É membro e colaboradora da Cátedra Ignacy Sachs da PUC-SP. Seus interesses de pesquisa são as transformações e impactos sociais gerados pela Inteligência Artificial e outras tecnologias digitais, envolvendo as transformações no mundo da educação e do trabalho, as cidades inteligentes, o comportamento nas redes sociais, a ética e a moral no ciberespaço, Atuou profissionalmente em diversas áreas da administração: logística, tecnologia da informação, finanças, estratégia e marketing. É co-fundadora, pesquisadora e uma das líderes do Media Lab São Paulo, instituto que desenvolve projetos, pesquisas e iniciativas ligadas a educação, cultura e desenvolvimento humano e social.

Fernando Correa Grisi - CV: <http://lattes.cnpq.br/6459381552966025>

BIO - Graduação em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). MBA Executivo Gestão Empresarial ESPM (2003) e Mestrado em Administração de Empresas PUC SP. . . Aluno de doutorado em Administração de Empresas na Unisinos. Experiência na área de Administração Estratégica, Educação Empreendedora, Startups e Empreendedorismo

Thiago Felipe Avanci - CV: <http://lattes.cnpq.br/7186302213132065>

BIO - Ph.D. em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil - 2020), com bolsa integral e aprovação summa cum laude. Estágio de Pós Doutorado pelo Mediterranea International Centre for Human Rights Research, Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália - 2021), com bolsa integral. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos (Brasil - 2011), com bolsa integral CAPES e aprovação summa cum laude. Pós-Graduado em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São Paulo (Brasil - 2019). Professor da graduação dos cursos de direito da Universidade Paulista (Brasil - 2014-...), da Universidade Católica de Santos (Brazil - 2022-...), da Universidade São Judas Tadeu (Brasil - 2017-...). Professor de pós-graduação de cursos de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brazil - 2022-...). Presidente da Escola Superior de Advocacia of OAB/SP Guarujá (Brazil - 2022 - ...). Pesquisador do Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia (CEST) /Faculdade Politécnica / Universidade de São Paulo (Brasil - 2020-...). Advisory board member do IGOAI (Inglaterra - 2021-...) e da Global AI Ethics (França/Croácia - 2021-...). Editor científico da Journal of Liberty and International Affairs (Macedônia do Norte - 2021-...). Avaliador INEP/MEC (Brasil - 2018-...). Advogado e Legal Head desde 2008. Professor desde 2009. Gestor em Recursos Humanos e de Departamento Jurídico desde 2008. Servidor público municipal desde 2019. Autor de diversos livros de direito.

Bruno Martins Rizardi – CV – <http://lattes.cnpq.br/5698605597027382>

BIO

Designer pela Universidade Estadual de Londrina e pós-graduado em Gestão de Projetos pela USP/ESALQ. No setor privado, trabalhou com desenvolvimento de aplicativos e software em startups, formações e mentorias para empreendedores e consultoria para microempresários e ONGs. No setor público, fez parte do projeto de Inovação em Políticas Públicas na Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, como consultor UNESCO no Gabinete do Ministro do Ministério da Educação, desenvolvendo metodologias para formulação de programas federais de educação e para inovações em políticas públicas baseadas em evidências. Em 2020, fundou a Catálise, negócio de impacto social de design participativo focado em gerar inovação em governos e terceiro setor. Autor do livro Design Ágil para Inovação Social e Desenvolvimento do PNUD (2020).

Referências Bibliográficas

ABC – ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Por uma política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação: contribuições da ABC para os candidatos à Presidência do Brasil. Rio de Janeiro: ABC, 2014. Disponível em:

<<http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2018/06/doc-6760.pdf>>.

ABREU, P. R. M.; CAMPOS, N. M. O panorama das aceleradoras de startups no Brasil. São Paulo: FGV, 2016. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18853/Abreu%3b%20Campos%20Neto_Panorama%20das%20aceleradoras%20de%20startups%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18853/Abreu%3b%20Campos%20Neto_Panorama%20das%20aceleradoras%20de%20startups%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ADNER, R.; KAPOOR, R. Value creation in innovation ecosystems: how the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. Strategic Management Journal, v. 31, n. 3, p. 306-333, 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/smj.821>>.

ALBUQUERQUE, E. et al. (Eds.). Developing national systems of innovation: university-industry interactions in the Global South. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/a13822209/Downloads/E-Book-IDRC-DevelopingNSI-IDL-53627.pdf>>.

ANPROTEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. 30 + 10: o empreendedorismo inovador em movimento. Brasília: Anprotec, 2014. Disponível em:

_____. Institucional. Brasília: Anprotec, 2016. Disponível em: <<https://anprotec.org.br/site/>>.

ANPROTEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES; SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil. Brasília: Anprotec; Sebrae, 2016. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/18072016-Estudo_ANPROTEC_v6.pdf>.

APPIAH, K. A. Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers. New York: W. W. Norton, 2007.

ARAÚJO, B. C. Políticas de inovação e suas instituições no Brasil e na China. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 16, p. 65-75, 2011.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5227/1/Radar_n16_Pol%C3%ADticas%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

_____. Políticas de apoio à inovação no Brasil: uma análise de sua evolução recente. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Textos para Discussão, n. 1759). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1090/1/TD_1759.pdf>.

_____; RAUEN, A.; ZUCOLOTO, G. F. Impactos da suspensão dos incentivos fiscais previstos pela Lei do Bem sobre o investimento privado em PD&I. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, v. 44, p. 26-33, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6654/1/Radar_n44.pdf>.

ARBIX, G.; VARON, J. Finlândia: o salto para uma economia baseada no conhecimento. In: ARBIX, G. et al. (Org.). Estratégias de inovação em sete países: EUA, Canadá, Irlanda, França, Reino Unido, Finlândia e Japão. Brasília: ABDI, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/13822209/Downloads/2010_Mobit_Estrategia_de_inovacao_em_sete_paises%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/13822209/Downloads/2010_Mobit_Estrategia_de_inovacao_em_sete_paises%20(1).pdf)>.

_____; DE NEGRI, J. A. Avançar ou avançar na política de inovação. In: DE TONI, J. (Org.). Dez anos de política industrial: balanço e perspectivas, 2004-2014.

Brasília: ABDI, 2015. Disponível em:<https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2012/09/10-pol-industrial_abdi_brasil_2015.pdf> .

ARRUDA, C. et al. Linhas de fomentos: um desafio para o desenvolvimento do potencial de inovação das empresas brasileiras. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2010. (Caderno de Ideias, n. 1014). Disponível em: <[https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Cadernos%20de%20Id%C3%A9ias/2010/Capa%20C11014%20\(2\).pdf](https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Cadernos%20de%20Id%C3%A9ias/2010/Capa%20C11014%20(2).pdf)>.

ARZA, V. et al. Channels and benefits of interactions between public research organizations and industry: comparing country cases in Africa, Asia, and Latin America. In: ALBUQUERQUE, E. et al. (Eds.). Developing national systems of innovation: university-industry interactions in the Global South. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 30. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781784711108.00015>>.

AUTIO, E. et al. Entrepreneurial innovation: the importance of context. Research Policy, v. 43, n. 7, p. 1097-1108, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733314000717/pdf?md5=2befd9bfa9e01df4a20286884016b140&pid=1-s2.0-S0048733314000717-main.pdf>>.

AVELLAR, A. P.; KUPFER, D. Avaliação de impacto de programas de incentivos fiscais e incentivos financeiros à inovação no Brasil em 2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Bahia. Anais... Bahia: Anpec, 2008. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211230280-.pdf>>.

BACKER, K.; LOPEZ-BASSOLS, V.; MARTINEZ, C. Open innovation in a global perspective: what do existing data tell us? Paris: OECD Publishing, 2008. (STI Working Paper, n. 2008/4). Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/230073468188.pdf?expires=1700678609&id=id&accname=guest&checksum=B6AB840107F1ECAB14F231ED030B66CF>>.

BAILLY, G.A. Protection des Inventions au Brésil, Paris, 1915.

BARBOSA, Denis Borges (Org). Direito da Inovação. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

_____. BARBOSA, Denis Borges Barbosa; ARRUDA, Mauro Frenando Maria. Sobre A Propriedade Intelectual, Trabalho Desenvolvido no projeto Desenvolvimento Tecnológico da Indústria a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação do Brasil. Campinas: IPT/ FECAM, 1990. Disponível em: <https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/sobre_pi.pdf>.

_____. BARBOSA, Denis Borges. A criação de um ambiente competitivo no campo da propriedade intelectual - o caso sul americano. Disponível em: <<https://silo.tips/downloadFile/a-criacao-de-um-ambiente-competitivo-no-campo-da-propriedade-intelectual-o-caso-s>>.

_____. BARBOSA, Denis Borges et. al.. Reivindicando a Criação Usurpada. A Adjudicação dos Interesses relativos à Propriedade Industrial no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. Patents And The Emerging Markets of Latin America. In: Frederick M. Abbott; Carlos M. Correa; Peter Drahos. (Org.). Emerging Markets and the World Patent Order. 1 ed. Massachusetts: Edward Elgar, 2013, v. 1, p. 135-154. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781783471256.00017>>.

_____. ; PORTO, P. ; ZUCOLOTO, G. ; FREITAS, R. E. ; SOUZA, A. M. E. . Matérias Patenteáveis em Biotecnologia em Países Selecionados. In: ZUCOLOTO, Graziela Ferrero ; FREITAS, Rogério Edivaldo. (Org.). Propriedade Intelectual e Aspectos Regulatórios em Biotecnologia. 1 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013, v. 1, p. 203-237. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3086/1/Livro_propriedade_intelectual.pdf>.

BAROCAS, S.; HOOD, S.; ZIEWITZ, M. Governing Algorithms: A Provocation Piece. Paper preparado para a Governing Algorithms Conference, p. 1-12, 2013, <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2245322>.

BARROS, R. P. Sobre o processo de desenvolvimento inclusivo no Brasil na última década. Brasília: SAE/PR, 2014. (Notas Estratégicas, n. 3). Disponível em: <<https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/5082>>.

BASTOS, V. D. 2000-2010: uma década de apoio federal à inovação no Brasil. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 37, p. 127-175, 2012. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3483/3/RB%2037%202000-2010_uma%20d%c3%a9cada%20de%20apoio%20federal_P_BD.pdf>.

BENJAMIN, Ruha. “Race after technology - abolitionist for the new Jim Code”, Polity; 1a edição, 2019.

BERMAN, Paul Schiff. Cyberspace and the State Action Debate: the cultural value of applying constitutional norms to “private” regulation. *University of Colorado Law Review*, v. 71, p. 1263- 1310. 2005. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/000523301.pdf?abstractid=228466&mirid=1>>.

BERKOWITZ, B. D., e GOODMAN, A. E.. Best Truth: Intelligence in the Information Age. New Haven: Yale University Press, 2002.

BERTONI, E. Emerging Patterns in Internet Freedom of Expression: Comparative Research Findings in Argentina and Abroad. Argentina, 19 out. 2010. Disponível em: <<https://www.palermo.edu/cele/libertad-de-expresion-en-Internet.pdf>>.

BLIND, K. The impact of standardization on innovation. Manchester: Manchester Business School, 2013. Disponível em: <<https://pdf4pro.com/download/the-impact-of-standardization-and-standards-on-innovation-3505b9.html>>.

____; MANGELSDORFA, A. Motives to standardize: empirical evidence from Germany. *Technovation*, v. 48-49, p. 13-24, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016649721600002X/pdf?md5=d7d78cc9d9cc0d2ad21617585bc28981&pid=1-s2.0-S016649721600002X-main.pdf>>.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Cartão inovação. Brasília: BNDES, 2016. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/informacoes-financeiras/resultados-financeiros-destaque/bndes/resultado-2016>>.

BRANDÃO, L. A.; DRUMOND, C. E. I. Políticas pró-inovação: uma análise da política industrial nos oito anos do governo Lula. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 8, n. 2, p. 20-40, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28183/18719>>.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Indicadores. Brasília: MCTI, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf>.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Consolidação das recomendações da 4a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável: conferências nacional, regionais e estaduais e Fórum Municipal de C,T&I. Brasília: MCTI; CGEE, 2010. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/685/1/Consolida%20da%20recomenda%20da%20a7%20da%20a7%20b5es%20da%20a2%20aa%20Confer%20aancia%20Nacional%20de%20Ci%20aancia%20c%20Tecnologia%20e%20Inova%20a7%20a3o%20para%20o%20Desenvolvimento%20Sustentavel.PDF>>.

_____; _____. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Brasília: MCTI, 2012. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/218981.pdf>>.

_____; _____. Nota informativa sobre evolução dos dispêndios nacionais em C&T e P&D no período 2000 a 2013. Brasília: MCTI, 2015. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237332.pdf>.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais: ano-base 2012. Brasília: MCTI, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/lei-do-bem/arquivo/relatorio-p-d/relatorio-anual-lei-11-196-05-ano-base-2012.pdf>>.

BRESNAHAN, T. General purpose technology. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). Handbook Economics of Innovation. North-Holland: Elsevier, 2010. Disponível em: <<https://users.metu.edu.tr/pamukcu/HandbookofInno2010.pdf>>.

BUENO, A.; TORKOMIAN, A. L. V. Financiamentos à inovação tecnológica: reembolsáveis, não reembolsáveis e incentivos fiscais. Revista de Administração e Inovação, v. 11, n. 4, p. 135-158, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/100276/98934>>.

CALLON, M. The state and technical innovation: a case study of the electrical vehicle in France. Research Policy, n. 9, p. 358-376, 1980. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0048733380900323/pdf?md5=cdde40405388a1b7ad2b50e6cd3397a&pid=1-s2.0-0048733380900323-main.pdf>>.

CAMPBELL-VERDUYN, M.; GOGUEN, M.; PORTER, T. Big Data and algorithmic governance: the case of financial practices. New Political Economy, v.

22, n. 2, p. 219. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13563467.2016.1216533?needAccess=true>>.

CANTARINI, Paola, GUERRA FILHO, Willis S. “Teoria inclusiva dos direitos fundamentais e direito digital”, Clube de autores, 2020.

CASSIOLATO, J. E. Mecanismos de apoio à inovação no Brasil: uma breve nota crítica. *Parcerias Estratégicas*, v. 15, n. 31, p. 75-82, 2010. Disponível em:
<https://www.academia.edu/94262677/Mecanismos_de_apoio_%C3%A0_inova%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_uma_breve_nota_cr%C3%ADtica>.

CAVALCANTE, L. R.; ANDRADE, P. J.; DE NEGRI, F. P&D, inovação e produtividade na indústria brasileira. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI; Ipea, 2015. v. 2. Disponível em:
<<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5212/1/Produtividade%20no%20Brasil%20desempenho%20e%20determinantes%20-%20v.%202.pdf>>.

CELESTE, Edoardo. Digital constitutionalism: a new systematic theorisation, *International Review of Law, Computers & Technology*, 33:1, 76-99, 2019, DOI: 10.1080/13600869.2019.1562604. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13600869.2019.1562604?needAccess=true>>

CERTI – FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS. *Sinapse da Inovação: resultados do Sinapse em SC*. Florianópolis: Certi, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/attMih>>.

CHESBROUGH, H. *Open innovation*. Massachusetts: Harvard Business Press, 2003. _____. *Open business models*. Massachusetts: Harvard Business Press, 2006.

_____. *Open Services Innovation : Rethinking Your Business to Grow and Compete in a New Era*, John Wiley & Sons, Year: 2010.

CHRISTENSEN, Clayton M. *The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail (Management of Innovation and Change*, 2016, Harvard Business Review Press; Reprint edition.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. E. (Eds.). Industrial policy and development: the comparing Asian and Latin American experiences. Paris: OECD Publishing, 2009. (Working Paper, n. 311).

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. A nova agenda da MEI para ampliar a inovação empresarial. Brasília: CNI, 2016. Disponível em: <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/70/ab/70abafa0-3f2c-4785-854d-727100188449/agenda_mei_2016.pdf>.

COELHO, Ana M. M.; WOLLHEIM, Bob. Empreendedorismo Inovador: Como Criar Startups de Tecnologia no Brasil", Editora Évora; 1ª edição, 2012.

COHEN, W. M. Fifty years of empirical studies of innovation activity and performance. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). Handbook Economics of Innovation. North-Holland: Elsevier, 2010. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0169-7218\(10\)01004-X](https://doi.org/10.1016/S0169-7218(10)01004-X)>.

COOKE, P.; URANGA, M. G.; ETXEBARRIA, G. Regional systems of innovation: an evolutionary perspective. Environment and Planning, v. 30, p. 1563-1584, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/23538728_Regional_Systems_of_Innovation_An_Evolutionary_Perspective>.

COSTA, K. F. Desafios do desenvolvimento brasileiro: o papel do BNDES no incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 2011.

COUTINHO, L. G. et al. Desenvolvimento com base em inovação: oportunidades para o Brasil e implicações de política. Parcerias Estratégicas, v. 16, n. 32, p. 125-130, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/13822209/Downloads/RPE-32_Prtel_Livro_7310.pdf>.

CRUZ, C. H. B. Ciência e tecnologia em São Paulo. São Paulo: [s.n.], 2015. Mimeografado.

DE NEGRI, J. Inovação e produtividade: por uma renovada agenda de políticas públicas. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 42, p. 7-15, dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5980/1/Radar_n42_inova%3%a7%3%a3o.pdf>.

____; LEMOS, M. B. (Orgs). O núcleo tecnológico da indústria brasileira. Brasília: Ipea, 2011.

____. Avançar ou avançar na política de inovação. In: BARBOSA, N. et al. (Orgs.). Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; FGV, 2015.

DE NEGRI, F.; DE NEGRI, F.; COELHO, D. Tecnologia, exportação e emprego. Brasília: Ipea, 2006.

____, et al. Perfil das empresas integradas ao sistema federal de CT&I no Brasil e aos fundos setoriais: uma análise exploratória. Brasília: MCT; Finep; Ipea; Belo Horizonte: UFMG, 2009.

____; CAVALCANTI, L. R. Sistemas de inovação e infraestrutura de pesquisa: considerações sobre o caso brasileiro. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 24, p. 7-17, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6726>>.

____; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.) Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea; Finep; CNPq, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

____.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: Ipea, 2014. v. 1. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3289>>.

____.; CAVALCANTE, L. R.; ALVES, P. F. Relações universidade-empresa no Brasil: o papel da infraestrutura pública de pesquisa. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1901). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2338>>.

____. SQUEFF, F. H. S. O mapeamento da infraestrutura científica e tecnológica no Brasil. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

____; SALERNO, M. S. (Orgs.) Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3169>>.

_____; DE NEGRI, F.; LEMOS, M. B. O impacto do programa ADTEN sobre o desempenho e o esforço tecnológico das empresas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008a.

_____;_____;_____. O impacto do programa FNDCT sobre o desempenho e o esforço tecnológico das empresas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008b. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo06_27.pdf>.

D'ESTE, P.; PERKMANN, M. Why do academics engage with industry? The entrepreneurial university and individual motivations. *The Journal of Technology Transfer*, v. 36, n. 3, p. 316-339, 2009. <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID1554846_code600750.pdf?abstractid=1546561&mirid=1&type=2>.

DI BLASI, G. Os avanços da Lei de Biodiversidade no Brasil. Di Blasi Parente & Associados, 13 jun. 2015. Disponível em: <<https://diblasiparente.com.br/os-avancos-da-lei-de-biodiversidade-no-brasil/>>.

DOBBIN, F. (Ed.). *The forms of capital in the new economic sociology: a reader*, edit. by Princeton: Princeton University Press, 2004.

DOURISH, P. e BELL, G.. *Divining a Digital Future: Mess and Mythology in Ubiquitous Computing*. Cambridge: MIT Press, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1000207/mod_resource/content/1/%5BNeil_J._Smelser%2C_Richard_Swedberg%5D_The_Handbook_Economic%20sociology.pdf>.

DRUKER, Peter. *The Discipline of Innovation*, Harvard Business Review, 2002. _____. *Innovation and Entrepreneurship*, Collins, 1993.

_____. *Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*, PerfectBound, HarperCollins Publishers, 2006.

_____. *Technology, Management and Society*, Routledge, 2004. EDQUIST, C. et al. (Eds.). *Public procurement for innovation*. Cheltenham: Edward Elgar

Publishing, 2015. <<https://charlesedquist.files.wordpress.com/2015/01/2015-ppi.pdf>>. EDMONDSON, Amy C. Teaming: How Organizations Learn, Innovate, and Compete in the

Knowledge Economy, Jossey-Bass, 2012.

_____. The Fearless Organization: Creating Psychological Safety in the Workplace for Learning, Innovation, and Growth, Wiley, 2018

EMBRAPII – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL. Quem somos. Brasília: Embrapii, [s.d.]. Disponível em: <<https://embrapii.org.br/institucional/quem-somos/>>.

ELLUL, Jacques. La technique ou l'enjeu du siècle. Paris: Armand Colin, 1954.

_____. Le bluff technologique. Paris: Hachette, 1988.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF L. The dynamics of innovation: from national systems and mode 2 to triple helix of university-industry-government. Research Policy, n. 29, p. 109-123, 2000. <<http://www.oni.uerj.br/media/downloads/1-s2.0-S0048733399000554-main.pdf>>.

E.U.A., Records, computers and the rights of citizens. Report of the Secretary's Advisory Committee on Automated Personal Data Systems, 1973. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opcl/docs/rec-com-rights.pdf>>.

FRAGOSO, João Henrique da Rocha. Direito Autoral – Da Antiguidade à Internet. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FERRO, A. F. P. Gestão da inovação aberta: práticas e competências em P&D colaborativa. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5100996/mod_resource/content/3/Aquino%20Ana%20Flavia%20Portilho%20Ferro%20de%20PhD%20Unicamp%202011%20Gest%C3%A3o%20da%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20Aberta%20-%20praticas%20.pdf>.

FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. Revista Inovação em Pauta, n. 7, out. 2015b. Disponível em: <<http://finep.gov.br/revistas?id=5068>>.

FLORIDI, Luciano. Ethics, governance and policies in AI, 2021, Springer.

_____, “The Fourth Revolution: How the infosphere is reshaping human reality” [1 ed.], Oxford University Press, 2014.

_____. “The Onlife Manifesto: Being Human in a Hyperconnected Era”, [1 ed.], Springer International Publishing, 2015.

_____. “Il verde e il blu. Idee ingenue per migliorare la politica”, Cortina Raffaello, 2020.

FREEMAN, C. The national system of innovation in historical perspective. Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 1, p. 5-224, 2000. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170809051850id_/http://www.globelicsacademy.org/2011_pdf/Freeman%20NSI%20historial%20perspective.pdf>.

_____; SOETE, L. A economia da inovação industrial. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. Japan: a new system of innovation. In: DOSI, G. et al. (Eds.). Technical change and economic theory. London: Pinter Publishers, 1988. <https://www.lem.sssup.it/WPLem/files/dosietal_1988_outline.pdf>.

FRIEDE, R.; SILVA, A. A importância da Lei de Inovação Tecnológica. Revista CEJ, ano 14, n. 50, p. 34-39, 2010. Disponível em: <<https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1354/1364>>.

GARCIA, Eugenio Vargas. The International Governance of AI: Where is the Global South?, 2021, Disponível em: <https://www.academia.edu/44999316/The_International_Governance_of_AI_Where_is_the_Global_South>.

GARCIA, R. et al. Benefits, results and barriers to interaction to industry: the perspective of academic research groups. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i9-32085c46d2afa0a85850bf2ab4502369.pdf>.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. Curitiba: IBPQ, 2014. DISPONÍVEL EM: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/GEM_2014-Livro-Empreendedorismo-no-Brasil.pdf>.

GEORGHIOU, L. et al. Policy instruments for public procurement of innovation: choice, design and assessment. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 86, p. 1-12, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162513002552/pdf?md5=c743f3b9aff0c8d866d6ca74ab527563&pid=1-s2.0-S0040162513002552-main.pdf>>.

GÖK, A. The impact of innovation inducement prizes. London: Nesta, 2013. (Nesta Working Paper, n. 13/18). Disponível em: <https://media.nesta.org.uk/documents/impact_of_innovation_inducement_prizes.pdf>.

GUIMARÃES, E. A. Políticas de inovação: financiamentos e incentivos. Brasília: Ipea, 2006. (Textos para Discussão, n. 1212). Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo04_27.pdf>.

GREENSTEIN, S. Innovative conduct in computing and internet markets. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). *Handbook Economics of Innovation*. North-Holland: Elsevier, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169721810010117/pdf?md5=95c04e3851df1a0c369a3df540e28b2f&pid=1-s2.0-S0169721810010117-main.pdf>>.

GROUP OF THE INDUSTRY-SCIENCE RESEARCH ALLIANCE. Recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0. Frankfurt: The Industry-Science Research Alliance, 2013. Disponível em: <<https://www.din.de/resource/blob/76902/e8cac883f42bf28536e7e8165993f1fd/recommendation-s-for-implementing-industry-4-0-data.pdf>>.

HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. 2007. What you export matters. *Journal of Economic Growth*, v. 12, issue 1, p. 1-25, 2007. <<https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/what-you-export-matters.pdf>>.

HIPPEL, Eric von. *Democratizing Innovation*, The MIT Press, 2005. Disponível em: <<https://web.mit.edu/evhippel/www/books/DI/DemocInn.pdf>>.

_____. *Free innovation*, The MIT Press, Year: 2016.

HOFFMANN-RIEM, W. “Der grundrechtliche Schutz der Vertraulichkeit und Integrität eigengenutzer informationstechnischer Systeme”, Juristen Zeitung, vol. 21, 2009, 1009.

_____. “Big Data e Inteligência Artificial: Desafios Para O Direito”. Revista estudos institucionais, 2020. Disponível em: <<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/484>>.

_____.”Teoria Geral do Direito Digital”, Forense, 2022. Edição do Kindle.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299007>>.

_____. Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) 2014: base de dados. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <10.16891/2317-434X.v4.e13.a2017.pp200-210>.

_____. Questionário da Pesquisa de Inovação Tecnológica – Relatório Pintec. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <Pintec_v2_2005_logo_colorido.indd (ibge.gov.br)>.

INKPEN, A. C.; TSANG, E. W. K. Social capital, network and knowledge transfer. Academy of Management Review, v. 30, n. 1, p. 146-165, 2005. Disponível em: <10.5465/AMR.2005.15281445>.

INOVATIVA BRASIL. Institucional. [s.l.]: [s.n.], 2016. Disponível em: <Hub de Empreendedorismo e Inovação - InovAtiva>

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; WORLD BANK; OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Conditions for innovation in Brazil: a review of key issues and policy challenges. Background paper for the Workshop on Innovation for Productivity Growth in Brazil. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <Discussion Paper_218.pdf (ipea.gov.br)>.

ISAACSON, Walter. The Innovators: How a Group of Hackers, Geniuses, and Geeks Created the Digital Revolution, Simon & Schuster, 2014.

_____. Os inovadores - Uma biografia da revolução digital, Companhia das letras, 2014.

JACOB, M. C.. The Cosmopolitan as a Lived Category. *Daedalus*, v. 137, no 3, 2008.

JANKOWSKA, A.; NAGENGAST, A.; PEREA, J. R. The product space and the middle-income trap: comparing Asian and Latin American experiences. Paris: OECD Publishing, 2012. Disponível em: <10.1787/5k9909j2587g-en>.

KANNEBLEY JR., S.; PORTO, G. Incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil: uma avaliação das políticas recentes. Washington: BID, 2012. (Documento para Discussão, n. 236). Disponível em: <Documento_Para_Discussão_Versão_Em_Português.pdf(usp.br)>.

_____; SHIMADA, E.; DE NEGRI, F. Efetividade da Lei do Bem no estímulo ao investimento em P&D: uma análise com dados em painel. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, v. 46, n. 3, p. 111-145, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.96.2013.tde-25092013-144305>.

_____; RAMOS, L. R. A. Infraestrutura de pesquisas e produtividade científica dos pesquisadores brasileiros. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). *Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <Enap catalog > Details for: *Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil*>.

_____; SHIMADA, E.; DE NEGRI, F. Efetividade da Lei do Bem no estímulo aos dispêndios em P&D: uma análise com dados em painel. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 46, n. 3, p. 111-145, dez. 2016. Disponível em: <PPE_v46_n03_Efetividade.pdf(ipea.gov.br)>.

KANTIS, H.; FEDERICO, J. *Entrepreneurship policy in Latin America: trends and challenges. Government, SMEs and entrepreneurship development*. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2012.

KANTIS, H.; FEDERICO, J.; MENÉNDEZ, C. *Políticas de fomento al emprendimiento dinámico en América Latina: tendencias y desafíos*. Caracas: CAF, 2012. (CAF Documentos de Trabajo, n. 2012/09). Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/239>.

KEEKEY, Larry; WALTERS, H. PIKKEL, Ryan, QUINN, Brian. Ten Types of Innovation: The Discipline of Building Breakthroughs, Wiley, 2013.

KICKINGER, F. C.; ALMEIDA, H. T. V. Reflexões sobre a inovação no Brasil e o papel do BNDES. In: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/reflex%C3%B5es-sobre-a-inova%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-e-o-papel-do-bndes-kickinger-fl%C3%A1via-campos/10010355604>>.

KUPFER, D. O desafio do financiamento à inovação. Valor Econômico, 11 nov. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-desafio-dofinanciamento-a-inovacao.ghtml>>.

LA FRENCH TECH. Fonds French Tech Accélération. [s.l.]: [s.n.], 2016.

LANDAU, S. Surveillance or Security: The Risks Posed by New Wiretapping Technologies. Cambridge: MIT Press, 2010, seção. 9.6.

LATOUR, B. Give me a laboratory and i will raise the world. In: KNORR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Eds.). Science observed: perspectives on the social study of science. London: Sage, 1983.

___; WOOLGAR, S. Laboratory life: the social construction of scientific facts. London; Beverly Hills: Sage, 1979.

LEE, K. How can Korea be a role model for catch-up development? A capability-based view. Helsinki: UNU-Wider, 2009. (Research Paper, n. 2009/34). Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/destaque/TEXT0_02.04_Keun_Lee_-_Korea_as_a_role_for_catch_up.pdf>

LEY, A. La trampa del ingreso medio: el desafío de esta década para América Latina. Santiago: Cieplan, 2012.

LIN, J. Y.; TREICHEL, V. Learning from China's rise to escape the middle-income trap: a new structural economics approach to Latin America. Washington: World Bank, 2012. (Policy Research Working Paper, n. 6165). Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/92421ff1-1158-599b-8d6b-11328c8a868e/content>>.

LIN, N. et al. Measurement techniques for investigations of social capital in social capital: theory and research edit. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

LEMOS, Ronaldo. Internet Brasileira Precisa de Marco Regulatório Civil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 maio 2007. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2007/05/22/ult4213u98.jhtm>>.

LESKE, A. Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2013/Ariela%20Leske.pdf>>.

LUNA, F.; MOREIRA, S.; GONÇALVES, A. Financiamento à inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/livia/Downloads/Pol%C3%ADticas%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inovac%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica%20no%20Brasil.pdf>>.

LUNDVALL, B-Å. National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, 1992.

_____. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: DOSI, G. et al. (Eds.). Technical change and economic theory. London: Pinter Publishers, 1988.

_____; National innovation systems: analytical concept and development tool. 2nd ed. In: DRUID CONFERENCE, Copenhagen, 2005. Annals... Copenhagen: Druid, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24081600_National_Innovation_Systems-Analytical_Concept_and_Development_Tool>.

MACHADO, L. et al. Additionality of countercyclical credit: evaluating the impact of BNDES' PSI on the investment of industrial firms. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7758/2/Additionality%20of%20Countercyclical%20Credit_P.pdf>.

MARTION, Roger L. The Design of Business: Why Design Thinking is the Next Competitive Advantage, Harvard Business School Press, 2009.

MCCARTHY. The Rights of Publicity and Privacy. Nova York: Clark Boardman Callaghan, 1994.

MAZZOLENI, R.; NELSON, R. R. The roles of research at universities and public labs in economic catch-up. Pisa: LEM, 2005. (LEM Working Paper Series). Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/89427/1/512135827.pdf>>.

MENDES, Gilmar F. VESTING, Thomas, MORAIS, Carlos Blanco de. The Role of law in cyberspace. Law, governance and technology series, 49, 2022, Springer Ed.

MILLER, Arthur Miller. Assault on privacy. Ann Arbor: University of Michigan, 1971.

MOORE, Geoffrey, Crossing the Chasm, Series: Collins Business Essentials, Harper Business, 2014.

MOWERY, D. C. What does economic theory tell us about mission-oriented R&D? In: FORAY, D. (Ed.). The New Economics of Technology Policy. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286693153_What_does_economic_theory_tell_us_about_mission-oriented_RD>.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. Academy of Management Review, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228314367_Social_Capital_Intellectual_Capital_and_the_Organizational_Advantage>.

NASCIMENTO, P. A. M. M. Áreas de maior especialização científica do Brasil e identificação de suas atuais instituições líderes. In: De NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/livia/Downloads/Sistemas%20setoriais%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20infraestrutura%20de%20pesquisa%20no%20Brasil%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/livia/Downloads/Sistemas%20setoriais%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20infraestrutura%20de%20pesquisa%20no%20Brasil%20(1).pdf)>.

NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Orgs.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: Ipea, 2008a. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3237>>.

_____. Uma avaliação de programas de apoio financeiro à inovação tecnológica com base nos fundos setoriais e na Lei de Inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Orgs.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: Ipea, 2008b. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3237/1/Pol%C3%ADticas%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inova%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica%20no%20Brasil.pdf>>.

NELSON, R. National innovation systems: a comparative analysis. New York: Oxford University Press, 1993.

NIOSI, J. et al. National systems of innovation: In search of a workable concept. *Technology in Society*, v. 15, p. 207-227, 1993.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD Science, Technology and Industry Outlook 2014. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-industry-outlook-2014_sti_outlook-2014-en>.

_____. Main Science and Technology Indicators (MSTI Database). Paris: OECD, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.oecd.org/innovation/inno/msti2023sept.pdf>>.

_____. Policy responses to the economic crisis: investing in innovation for long-term growth. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/222138024482>>.

_____. OECD Science, Technology and Industry Outlook 2014. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/sti/oecd-science-technology-and-industry-outlook-19991428.htm>>.

_____. OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2015. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/policy-responses-to-the-economic-crisis_222138024482>.

_____. Micro-policies for growth and productivity: final report. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/2/0,2340,fr_2649_34555_34941890_1_1_1_1,00.html>.

_____. Demand-side innovation policies. Paris: OECD Publishing, 2011. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/demand-side-innovation-policies_9789264098886-en>.

_____. Startup América Latina: promoviendo la innovación en la región. Paris: OECD Publishing, 2013. (Estudios del Centro de Desarrollo). Disponível em: <<https://www.oecd.org/dev/americas/ProgressReport.pdf>>.

_____. Entrepreneurship at a glance – 2015. Paris: OECD, 2015. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/entrepreneurship-at-a-glance-2015_entrepreneur_aag-2015-en>.

OHNO, K. The middle-income trap: implications for industrialization strategies in East Asia and Africa. Tokyo: Grips, 2009. Disponível em: <https://www.grips.ac.jp/vietnam/KOarchives/doc/EB09_MIT.pdf>.

OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves. Business Model Generation - Inovação em Modelos de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários, Alta Books, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4453284/mod_resource/content/1/Business-Model-Generation.pdf>.

PACHECO, C. A. Las reformas de la política nacional de ciencia, tecnología e innovación en el Brasil (1999-2003). Santiago: Cepal, 2003.

_____. Apresentação. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 191-223, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f1049cc2-fab8-41eb-ae21-200bc3955fd0/content>>.

_____. Políticas públicas, intereses y articulación política: cómo se gestaron las recientes reformas al sistema de ciencia y tecnología en Brasil. Santiago: Cepal, 2005. (Série Políticas Sociais, n. 103). Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/bitstreams/f1049cc2-fab8-41eb-ae21-200bc3955fd0/download>>.

PACKARD, Vance. The naked society. New York: McKay, 1964.

PAMPLONA, J. B.; YANIKIAN, V. P. M. O sistema federal de financiamento à inovação no Brasil. Pesquisa & Debate, v. 26, n. 1, p. 35-74, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/22280/16277>>.

PAUS, E. (Ed.). Getting development right: structural transformation, inclusion, and sustainability in the post-crisis era. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

_____. Latin America and the middle-income trap. Santiago: Eclac, 2014. (Financing for Development Series, n. 250). Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/36816>>.

PIMENTEL, V. et al. Biodiversidade brasileira como fonte da inovação farmacêutica: uma nova esperança? Revista do BNDES, n. 43, p. 41-89, 2015. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5602/1/RB%2043%20Biodiversidade%20brasileira%20como%20fonte%20da%20inova%C3%A7%C3%A3o_P.pdf>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2375/1/Livro_O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal%20Brasileiro.pdf>.

POMPERMAYER, F. M.; DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa P&D regulado pela Aneel. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/ipea/livro_inovacatecnologica.pdf>.

PORTO. Patrícia Carvalho da Rocha e BARBOSA, Denis Borges. O GIPI e a Governança da Propriedade Intelectual. Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, v. 29, p. 19-26, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5360/1/Radar_n29_O%20Gipi.pdf>.

PORTO, G. S. A decisão empresarial de desenvolvimento tecnológico por meio da cooperação empresa-universidade. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-01032002-125701/publico/tde.pdf>>.

PRADO, Elaine Ribeiro. Gestão e Justiça no Trabalho Inovador. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PROINOVA. Guia prático de apoio à inovação: onde e como conseguir apoio para promover a inovação em sua empresa. São Paulo: ProInova; Anpei; MCTI, 2013. Disponível em: <<https://anpei.org.br/proinova-guia-pratico-de-apoio-a-inovacao/>>.

PUTNAM, R. D., E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-First Century: A palestra do prêmio Johan Skytte de 2006 Scandinavian Political Studies, n. 30, 2007. Disponível em: <<https://www.puttingourdifferencetowork.com/pdf/j.1467-9477.2007.00176%20Putnam%20Diversity.pdf>>.

RAUEN, A. T. Encomendas tecnológicas nos Estados Unidos: possibilidades do regulamento federal de aquisições. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 36, p. 49-56, dez. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3856>>.

RAUEN, C. V. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-empresa? Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 43, p. 21-35, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6051>>.

RGHETTI, S. Brasil cresce em produção científica, mas índice de qualidade cai. Folha de S. Paulo, 22 abr. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266521-brasil-cresce-em-producao-cientifica-mas-indice-de-qualidade-cai.shtml>>.

RHEINGOLD, H. The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier. Cambridge: MIT Press, 2000, p. 181

RIES, Eric. The Lean Startup: How Today's Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses, Editora Sextante; 1ª edição, 2019.

RODOTÁ, Stefano. Elaboratori elettronici e controllo sociale. Bologna: Il Mulino, 1973.

RODRIK, D. The future of economic convergence. In: JACKSON HOLE SYMPOSIUM, 2011, Kansas City. Annals... Kansas City: Federal Reserve Bank, 2011. Disponível em: <<https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrrik/files/future-economic-convergence.pdf?m=1435006479>>.

ROGERS, Everett. Diffusion of Innovations, Free Press, 2003. Disponível em: <<https://teddykw2.files.wordpress.com/2012/07/everett-m-rogers-diffusion-of-innovations.pdf>>.

SALERNO, M. S.; KUBOTA, L. C. Estado e inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3237/1/Pol%C3%ADticas%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inova%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica%20no%20Brasil.pdf>>.

SALLES FILHO, S. et al. Avaliação de impactos da Lei de Informática: uma análise da política industrial e de incentivo à inovação no setor de TICs brasileiro. Revista Brasileira de Inovação, v. 11, p. 191-218, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11108/1/td_2757.pdf>.

SANTIAGO, Vanisa. A administração coletiva de direitos autorais no Brasil. In: Reflexões sobre direito autoral. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SAVIGNON, François. L' Etat et l' invention, Histoire des Brevets, La Documentation Française, 1986.

SBIR – SMALL BUSINESS INNOVATION RESEARCH. About Sbir. Washington: Sbir, 2016a. Disponível em: <<https://www.sbir.gov/about>>.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. 3. ed. Crows Nest: George Allen & Unwin, 1942. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf>>.

SCONBERGER, Viktor Mayer. General development of data protection in Europe. In: Technology and privacy: The new landscape. Phillip Agre, Marc Rotenberg (Org.). Cambridge: MIT Press, 1997.

SILVA JR., G. G. Cooperação para P&D e inovação: evidência empírica para o uso de infraestrutura laboratorial. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea; Finep; CNPq, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_sistema_setoriais_miolo_cap13.pdf>.

SILVA JR., G. G. et al. Produtividade, inovação e poder de mercado na indústria brasileira de transformação. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: ABDI; Ipea, 2015. v. 2. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/prod_br_asil_2015_ca_p-12.pdf>.

SOUZA-PAULA, M. C.; VILLELA, A. B. C. Programas nacionais de ciência e tecnologia: dos indivíduos às redes. Parcerias Estratégicas, Brasília, v. 19, n. 39, p. 143-159, 2014. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/10687196/RPE39web_23062015_10194.pdf/0cad7fe9-80b4-4b46-8f31-4b0872bec0bd?version=1.1>.

SQUEFF, F. H. S.; DE NEGRI, F. Federally Funded Research and Development Centers: notas iniciais sobre o modelo americano. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 36, p. 17-30, dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3316/1/Radar_n36.pdf>.

_____. Sistema setorial de inovação em defesa: análise do caso do Brasil. In: DE NEGRI, F.. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/radar_37_27022015_cap2.pdf>.

_____. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

SREBERNY-MOHAMMADI, A.; MOHAMMADI, A.. Small Media, Big Revolution: Communication, Culture, and the Iranian Revolution. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M.; CARLO, S. A. F. (Orgs.). Em busca da inovação: interação universidade-empresa no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SZAPIRO, M.; VARGAS, M.; CASSIOLATO, J. Advances and limitations of Brazilian innovation policy over the last decade. In: GLOBELICS CONFERENCE, 12., 2014, Addis Ababa. Annals... Addis Ababa: Aalborg University; Addis Ababa University, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose-Cassiolato/publication/274252210_Advances_and_limitations_of_Brazilian_innovation_policy_over_the_last_decade/links/55199da60>

cf244e9a4584906/Advances-and-limitations-of-Brazilian-innovation-policy-over-the-last-decade.pdf?_tp=eyJjY250ZXh0Ijpb7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1Ym xpY2F0aW9uIn19>.

SOLOVE, Daniel. *Understanding Privacy*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

TAVARES, J. O papel do BNDES no financiamento da inovação tecnológica. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329717425_O_Papel_do_BNDES_no_financiamento_da_inovacao_tecnologica>.

TEUBNER, Gunther. Horizontal Effects of Constitutional Rights in the Internet: a legal case on the digital constitution. *Italian Law Journal*, v. 3, n. 2, p. 485–510. 2017. Disponível em: <<https://www.jura.uni-frankfurt.de/70299574/InternetHorizontalConstRightsENGItalJ2017.pdf?%20>>.

THIEL, Peter. *Zero to One: Notes on Startups, or How to Build the Future*, rown Business, 2014.

TIDD, Joe, BESSANT, JOHN. *Gestão da Inovação*, Bookman, 2015.

TIRONI, L. F. Globalização em serviços tecnológicos. *Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, Brasília, n. 33, p. 27-35, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11691/1/Radar-n33_art03_globalizacao.pdf>.

_____. Serviços tecnológicos nas estatísticas nacionais e na inovação. *Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, Brasília, n. 40, p. 39-49, 2015. Disponível em: <<https://radar.ipea.gov.br/?p=1715>>.

_____. Serviços tecnológicos em alguns países: uma abordagem inicial com foco no comércio externo de bens. *Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, Brasília, n. 40, p. 51-55, 2015b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/150903_radar_40_cap5.pdf>.

_____. Serviços tecnológicos. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

TURCHI, L.; DE NEGRI, F.; DE NEGRI, J. Os impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1148>>.

UNECE – UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. Fostering innovative entrepreneurship: challenges and policy options. New York; Genebra: Unece, 2012. Disponível em: <<https://unece.org/fileadmin/DAM/ceci/publications/fie.pdf>>.

UNITED STATES. White House. National Economic Council. Strategy for American Innovation. Washington: White House, 2015. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/strategy_for_american_innovation_october_2015.pdf>.

UYARRA, E. The impact of public procurement of innovation. In: ELDER, J. et al. Handbook of innovation policy impact. Northampton: Edward Elgar, 2016.

VALLIM, R. B. O financiamento à inovação nas empresas no contexto do Sistema Nacional de Inovação brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2014/Roberto%20Vallim%20.pdf>>.

VIEIRA, K. P. Financiamento e apoio à inovação no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/AMSA-7PFKEW>>.

VIOTTI, E. Brazil: From S&T to innovation policy? The evolution and the challenges facing Brazilian policies for science, technology and innovation. In: GLOBELICS CONFERENCE, 6., 2008, Mexico City. Annals... Mexico City: CGEE, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Viotti/publication/326127032_Brazil_From_ST_to_innovation_policy_The_evolution_and_the_challenges_facing_Brazilian_policies_for_science_technology_and_innovation/links/5b3a28894585150d23ef495b/Brazil-From-S-T-to-innovation-policy-The-evolution-and-the-challenges-facing-Brazilian-policies-

for-science-technology-and-innovation.pdf?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19>.

THOMSON REUTERS. Web of Science. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://sistemas.eel.usp.br/bibliotecas/arq/WoS.pdf>>.

WAENGERTNER, Pedro. A Estratégia da Inovação Radical, Gente Editora, 2018.

_____. TRANSFORMAÇÃO RADICAL: 6 estratégias que irão revolucionar o seu negócio para ter a inovação como diferencial competitiva, Editora Gente, 2020.

WORLD BANK. World Bank country and lending groups. Washington: World Bank, [s.d.]. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>>.

ZUNIGA, P. et al. Conditions for innovation in Brazil: a review of key issues and policy challenges. Brasília: Ipea, 2016. (Discussion Paper, n. 0218). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7352?mode=full>>.